

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projetos
projects

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V 20

revista **V!RUS**
V!RUS journal

issn 2175-974x
ano 2020 year
semestre 01 semester
Julho 2020 July



BUSCANDO O QUE AINDA NÃO EXISTE SEEKING WHAT DOES NOT YET EXIST

MARIA LÚCIA MALARD, MARCELO TRAMONTANO

PT | EN

Maria Lúcia Malard possui graduação e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. É Professora Emérita da Universidade Federal de Minas Gerais, docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Seus temas de pesquisa incluem Projeto de Arquitetura e Urbanismo, e, particularmente, arquitetura universitária, trabalho de final de graduação, projetos habitacionais populares, avaliação do meio ambiente construído e planejamento físico. Realiza e orienta pesquisas relacionadas ao desenvolvimento da criatividade. mimalard@gmail.com

Marcelo Tramontano é Arquiteto, Mestre, Doutor e Livre-docente em Arquitetura e Urbanismo, com Pós-doutorado em Arquitetura e Mídias Digitais. É Professor Associado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Coordena o [Nomads.usp](http://nomads.usp.br) e é Editor-chefe da revista **V!RUS**. tramont@sc.usp.br

Como citar esse texto: MALARD, M. L.; TRAMONTANO, M. Buscando o que ainda não existe. **V!RUS**, São Carlos, n. 20, 2020. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=2&item=1&lang=pt>>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

Marcelo Tramontano: Muito obrigado por aceitar nosso convite para essa conversa, Maria Lúcia. Eu gostaria que começássemos falando um pouco sobre o seu percurso brilhante, através do qual é possível fazer uma leitura das transformações pelas quais a universidade pública passou em nosso país. Na década de 1960, você foi aluna de graduação de uma universidade pública – a Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG –, em seguida foi servidora não docente arquiteta dessa mesma universidade, passando, depois, a integrar o seu corpo docente. Além do exercício da docência propriamente dita, você participou ativamente da administração da universidade e da Escola de Arquitetura. Participou da criação do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição, em um momento de expansão da pós-graduação no Brasil, e coordenou a formulação e implementação de um novo curso de graduação, em consonância com políticas públicas inclusivas e de ampliação do acesso à universidade pública. Além disso, você criou e coordenou dois importantes grupos de pesquisa, estreitamente ligados ao ensino e à extensão universitária. Gostaríamos de ouvir uma breve leitura sua sobre esse período.

Maria Lúcia Malard: Eu tive oportunidades muito especiais na minha vida. Logo que me formei, em 1966, eu trabalhei um pouco com planejamento urbano, na cidade de Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, de 1967 a meados de 1968. Em 1969, eu já comecei a trabalhar com projetos na área técnico-administrativa da UFMG, especificamente nos projetos das edificações do campus da Pampulha, em Belo Horizonte. Por isso, eu posso dizer que, desde que me formei, deparei-me com a questão de método de trabalho, de criação e de análise. Isso porque o planejamento urbano quase sempre se apoia em alguma metodologia. Em planejamento, não se improvisa tanto quanto se costuma improvisar no projetar edifício.

Quando fui trabalhar na Reitoria da UFMG, nos projetos do campus, a convite do arquiteto Alípio Castelo Branco, ele já havia estruturado uma equipe que estava construindo um método de abordagem para projetar os edifícios. O método apoiava-se em premissas e entendimentos estruturalistas da época, porque se pretendia construir um campus com edificações moduladas, que permitissem uma certa liberdade para transformações e modificações espaciais. Assim, eu já comecei a minha carreira profissional trabalhando com questões metodológicas, ou, como eu chamaria, maneiras sistematizadas de fazer.

Questões metodológicas sempre me interessaram, tanto no doutorado quanto depois, em um pós-doutorado que fiz na Universidade de Warwick, sob a supervisão de David Miller, discípulo e co-autor de Karl Popper. Naquela época, eu já me interessava pela Filosofia da Ciência e por questões relacionadas com as teorias do conhecimento. Eu sempre tive essa oportunidade privilegiada de cruzar concepções mentais e intelectuais com a atividade de projeto. Acho que isso fez uma grande diferença na minha carreira, dando-me um sentido bastante prático de tudo. Ao projetar, o arquiteto tem que dar solução aos problemas que ele encontra, saber argumentar sobre suas propostas, ainda mais quando trabalha em equipe. Eu trabalhei em grandes equipes, com muitos arquitetos e outros projetistas da área. Por isso, a minha trajetória não foi pautada pela prática autoral, que realça a autoria, o nome, muito comum entre os arquitetos.

Durante quinze anos, eu lecionei metodologia da pesquisa científica no nosso programa de pós-graduação. Sempre fugi das discussões sobre técnicas e instrumentos de pesquisa, preferindo abordar as maneiras como se adquire e se inova o conhecimento. Esta deveria ser a questão mais palpitante na pós-graduação: a reflexão sobre como se gera conhecimento. Eu me lembro de uma frase do Popper muito interessante, na qual ele diz que o conhecimento existente não cresce, porque o existente está estático, como em uma prateleira. O conhecimento só cresce quando se busca aquilo que ainda não existe. Infelizmente, vemos as dissertações e teses tornarem-se, cada vez mais, revisões bibliográficas sobre algum tema, em vez de constituírem uma tentativa de se descobrir algo ainda não existente nas prateleiras. As pessoas têm medo de enfrentar o desafio, e preferem ir por um caminho mais previsível: fazem uma compilação do conhecimento existente sobre um assunto, acrescentam alguns comentários e chamam isso de tese ou dissertação. É assim que a questão do método, mesmo que muitos neguem, está presente em tudo que fazemos.

MT: Você liderou a criação do curso noturno de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Esse curso tem também uma proposta muito original, inclusive em termos metodológicos de projeto. Você poderia falar um pouco sobre ele?

MLM: O curso de Arquitetura e Urbanismo noturno da UFMG é bastante inovador mas também bastante contestado, tanto pelos alunos, quanto por professores. Liberdade é uma coisa com a qual as pessoas não lidam muito bem. Falam muito sobre ela mas não consegue exercê-la totalmente. Nós tentamos estruturar o curso em torno da abordagem de problemas — arquitetônicos, urbanos, de assentamentos humanos em geral — de modo que os aportes teóricos fossem surgindo à medida em que se fizessem necessários. Ou seja, tentamos organizar o ensino e aprendizagem de arquitetura evitando a pré-requisição. Nós partimos do princípio de que aprender uma coisa depois da outra não corresponde ao que realmente ocorre no aprendizado. Pré-requisito é uma coisa falsa. A ordem em que se aprendem coisas varia de pessoa a pessoa.

No entanto, desde que o curso foi criado, os professores e os alunos tentam modificá-lo e enquadrá-lo no formato tradicional de disciplinas sequenciais com pré-requisição. Os alunos não gostam do curso, embora os resultados sejam bons. É engraçado porque os alunos do turno da manhã temiam que a nota da Escola no ENADE caísse por causa do curso noturno, que lhes parecia muito desorganizado. Mas aconteceu o contrário, a nota da escola subiu. Ou seja, os supostos desorganizados começaram a aprender mais e melhor em comparação aos supostos organizados. Na verdade, a maioria dos estudantes do curso preferia que alguém lhes dissesse o que fazer, em lugar de tomar as rédeas da construção do próprio conhecimento. Achavam, e acham ainda, mais cômodo assim, porque estão acostumados a isso desde o ensino fundamental. Mas eles têm se desenvolvido muito bem e apresentado resultados muito positivos.

Houve uma época em que o curso noturno foi quase totalmente reformulado para tornar-se igual ao curso diurno. Depois de muita discussão, resolveram fazer o contrário: tornar o curso diurno igual ao noturno. No

fundo, por trás dessa discussão estava uma questão muito trivial, eu acho, que era facilitar o trabalho de todo mundo. O professor que dava aula de manhã queria dar a mesma aula à noite, e não ter que preparar duas aulas diferentes. Na nossa escola, há muita dificuldade de os professores se encontrarem para discutir, em particular quando se trata de questões relacionadas a ensino. Vivem um produtivismo de pesquisa, no qual é preciso escrever, escrever, escrever e publicar, e as questões de ensino ninguém quer discutir. Aliás, esse produtivismo de escritos é particularmente difícil nas Ciências Humanas. Eu costumo dizer que uma tarde de trabalho em um laboratório de Biologia pode fornecer material para um artigo, mas uma tarde de estudos em Arquitetura e Urbanismo não fornece material para absolutamente nada, às vezes nem para uma frase.

MT: Sim, falemos de pesquisa. Você participou da criação do grupo de pesquisa Lagear, na Escola de Arquitetura da UFMG. O Lagear nos remete à entrada dos meios digitais na arquitetura, e, talvez mais precisamente, à questão da cultura digital no ensino, pesquisa e extensão em Arquitetura e Urbanismo. Como você vê hoje essa experiência do Lagear?

MLM: Quando formulamos o Lagear, o nosso objetivo era introduzir a Escola no universo dos meios digitais. Estávamos no início dos anos 1990, e a produção de desenhos arquitetônicos ainda nem era computadorizada. Nossa intenção era atualizar o ensino de arquitetura em consonância com as tecnologias daquele momento. Mas a atenção dedicada aos meios foi se tornando excessiva, na minha opinião. Hoje, a gente encontra um conjunto enorme de pesquisas sobre os meios digitais, e muito pouca pesquisa sobre processos de projeto propriamente ditos. Obviamente, as tecnologias são instrumentos, e as teorias, não. As teorias ajudam a explicar o objeto e as tecnologias ajudam a obtê-lo. As tecnologias digitais não têm sido usadas em todo o seu potencial nos cursos de arquitetura e urbanismo, e, muitas vezes, são usadas para imitar outras tecnologias.

Vou dar um exemplo: os modelos digitais. Não faz sentido — ou até faz algum sentido, porque poupa tempo — o aluno usar o modelamento tridimensional digital como substituição da maquete física, cuja execução é mais demorada. Não faz sentido usar, como muito se usou, o CAD bidimensional como substituição da prancheta. Temos visto com frequência as novas ferramentas sendo usadas em substituição de ferramentas antigas. Eu atribuo isso ao fato de o processo de projeto, em si, não ser muito pesquisado. Se não há avanço nos processos de criação, nem nas pesquisas sobre tais processos, as tecnologias sempre serão utilizadas apenas como instrumentos mais eficazes para visualização ou apresentações.

A chamada que vocês divulgaram para essa edição da VIRUS toca numa questão muito relevante, que são as abordagens mais contemporâneas, mais transdisciplinares ou com participação da comunidade. São novos contextos e abordagens que as tecnologias digitais poderiam potencializar e todos poderiam sair ganhando muito. É preciso, porém, desfazer essa crença de que as tecnologias proporcionam uma nova arquitetura. Não é bem assim. Não existe nenhuma arquitetura construída que só poderia ter sido produzida utilizando-se tecnologias digitais. Não se trata, portanto, de uma nova arquitetura, mas de uma nova maneira de trabalhar. A arquitetura nova não nasce de ferramentas: ela nasce de novas relações sociais, de novos contextos, novas interações, novos materiais, novos modos de produção. A nova arquitetura nasce do pensamento que reúne tudo isso.

Há aí uma questão muito interessante. Já faz uns quinze ou vinte anos que estamos ouvindo falar da ideia de se "projetar projetando", de se "aprender fazendo". É claro que só aprendemos alguma coisa ao fazê-la. E como se aprende a projetar projetando? Com computador, com croquis... Mas, se projetar é somente desenhar, seja com computador, seja com lápis, como é que se consegue aprender a projetar desenhando? Se nós aceitamos que o projeto é uma produção intelectual, então temos que concordar que aprende-se a projetar pensando. Pois o desenho, ou qualquer outra mídia que você use, representa a expressão do pensamento.

O foco não está, portanto, no instrumento, mas no pensamento. Só se aprendem processos intelectuais desenvolvendo-os intelectualmente. Não é possível desenvolver-se intelectualmente trabalhando apenas manualmente. São contradições como essas que precisam ser mais discutidas e melhor resolvidas, para que possamos entrar nesse novo mundo da tecnologia. Porque ainda não adentramos nele. Não estamos usando o potencial que esse novo mundo tem. Nem em pesquisa, nem no ensino.

Veja, por exemplo, uma crise como esta atual da pandemia do novo coronavírus, que pega a universidade despreparada para enfrentar a continuidade do processo educacional à distância. Nos cursos de arquitetura, você ouve pessoas dizerem que "não é possível ensinar projeto à distância". Por que não é possível? Por que eu não posso ver, em uma tela, o que o estudante está fazendo, discutir com ele, e fazer meus comentários e críticas sobre o seu trabalho? É claro que ele não conseguirá fazer algumas coisas à distância, como atividades experimentais e laboratoriais, sejam elas de construção ou de outras disciplinas do curso. Porém, se somarmos as horas de projeção, teoria e história, veremos que a parte laboratorial é insignificamente pequena em todos os currículos.

Essa pandemia está nos ensinando muitas coisas, que vão nos mostrar ser viável interagirmos virtualmente em benefício do conhecimento. Esse é o nosso problema. Temos que repensar as questões de ensino e pesquisa para otimizar o nosso tempo. O grupo de pesquisa que eu coordeno, por exemplo, está em plena atividade durante a pandemia. Estamos produzindo mais do que antes da suspensão de atividades presenciais porque não temos outras obrigações burocráticas, cujas demandas costumam tomar muito tempo.

O ensino precisa ser profundamente modificado. Por exemplo, a lógica das 3.600 horas não tem nada a ver com o ensino público. A obrigatoriedade de se cumprirmos, no mínimo, 3.600 horas em disciplinas refere-se à lógica do ensino privado, porque estas escolas vendem a hora ao aluno e pagam a hora ao professor. Mas na universidade pública não se está vendendo nada. Então que lógica boba é essa? Como é que o sistema público brasileiro de ensino se curva a isso? Em outros países, a obrigatoriedade de presença dos estudantes em sala de aula raramente ultrapassa 800 horas. Os nossos estudantes ficam sacrificados porque, além de terem que comparecer às 3.600 horas no curso, ainda têm que trabalhar em atividades extra-classe tanto quanto os estudantes americanos, ingleses e franceses. Nós gastamos o tempo deles em sala de aula. Isso precisa mudar.

Agora, também compete a nós, professores, pesquisar sobre como dar orientações sem precisar que os estudantes estejam ali, presencialmente. Podemos fazer isso em fóruns virtuais, deixando as atividades presenciais para rirmos e brincarmos juntos, conversarmos, mostrando e discutindo o resultado dos trabalhos. Isso seria, enfim, construir uma universidade. Porque, na verdade, hoje nós não temos uma universidade no sentido próprio do termo. Os nossos alunos não têm acesso a outros conhecimentos que não sejam aqueles específicos da área deles. Eles têm que cumprir tantas tarefas nessa área que não conseguem ser transdisciplinares.

MT: Quando você fala de formas de comunicação à distância relacionadas com processos de projeto de arquitetura, não posso deixar de pensar no BIM, cujos programas permitem a comunicação à distância entre diversos participantes, em diversos níveis, como parte integrante de um processo de projeto.

MLM: Recentemente, eu e um colega da escola de Arquitetura projetamos o Centro de Tecnologia de Vacinas da UFMG, financiado pelo CNPq. Nós fizemos o projeto do edifício, mas os pesquisadores da área, que são bioquímicos, biólogos e médicos, estão tentando conseguir os recursos necessários para construí-lo. Se ele já estivesse pronto, seria muito útil na atual crise, aliás. Todos os documentos do projeto foram produzidos em BIM. A parte de criação, não. Uma criação em BIM que exclui estrutura, elétrica, hidráulica e ar-condicionado, por serem especialidades que os arquitetos não dominam, acaba sendo apenas representação. A viabilização da participação desses profissionais no processo de criação é algo que o mercado ainda não resolveu. Como se pode falar em um modelo de informação para construção, que é o BIM, se primeiro se faz o projeto e só depois que tudo está definido é que os outros profissionais entram? Que integração é essa? Trata-se, antes, de tornar mais eficiente o processo de produção de documentos técnicos do que de integração. Dito isto, o potencial do BIM para integrar todas as disciplinas é muito bom e quase inexplorado.

Dentro desse mesmo assunto, outro equívoco é o Trabalho de Conclusão de Curso, o TCC, dos alunos de arquitetura e urbanismo. Na lei que regula os cursos, está escrito que o TCC é um trabalho individual. Como é possível falar em trabalho individual frente à complexidade dos assentamentos humanos contemporâneos? Trabalho de Conclusão de Curso de qualquer área tinha que ser interdisciplinar, e não apenas do estudante de uma área. Deveria ser um trabalho de uma equipe formada por estudantes de Arquitetura, Engenharia, Direito, Sociologia, Enfermagem, etc., que abordassem um problema da sociedade e apresentassem uma solução. Cada um contribuindo com as competências de sua área, produzindo um trabalho coletivo. Aí sim, estaremos preparando os estudantes para a criação coletiva de fato.

No caso de arquitetura e urbanismo, quando discutimos essa questão nos órgãos centrais, em Brasília, eles defendem essa bobagem, de que o trabalho tem que ser exclusivamente do estudante de arquitetura e urbanismo. Mas o que é, hoje, exclusivo do arquiteto? Ele não é mais aquele artífice do Renascimento, e nós não paramos para refletir sobre isso. Pelo contrário, continuamos a reforçar essas compreensões ultrapassadas. Nós precisamos refletir sobre como transformar o processo de ensino-aprendizagem em problematização, e não apenas no campo da arquitetura. Problematizar é diferente de formular um probleminha cuja resposta final é conhecida. Para problematizar, é preciso contar com a contribuição de conhecimentos de outras áreas.

MT: Eu mencionei o BIM justamente por isso. Você estava comentando sobre o uso de tecnologias digitais em projeto de arquitetura, e chamou a atenção, muito corretamente, para o fato de que, muitas vezes, elas são usadas para perenizar

modos de pensar em Arquitetura, consolidados desde antes de estas tecnologias existirem. No Nomads.usp, nós temos estudado o BIM buscando maneiras de utilizá-lo que estimulem a transdisciplinaridade, envolvendo diferentes atores, com saberes variados, diferentes corpos de produção, interligados na mesma plataforma. Imaginamos que este seria talvez um caminho para aproximar tecnologias digitais e pensamento de projeto, no esforço de revisão de práticas arquitetônicas.

MLM: Eu acho que o caminho é esse mesmo. A partir de experimentos com grupos mais definidos, é possível conhecer melhor como poderia se dar uma interação interdisciplinar. Essa interação deve iniciar-se no momento da formulação do problema, da problematização, da discussão. Porque se chamamos os outros profissionais depois que está tudo decidido, eles não estão participando. Eles estão apenas respondendo às nossas questões, o que é diferente de estar contribuindo com elas. Eu acredito que esse tipo de pesquisa que você mencionou é o caminho. Infelizmente, eu não vejo projetos assim com frequência.

Nas escolas de arquitetura, há professores em regime de dedicação exclusiva muito empenhados em projetos de pesquisa com comunidades externas à universidade. É muito importante trabalhar com comunidades, não resta a menor dúvida, mas não é a solução para todos os problemas, nem da arquitetura, nem da cidade. É claro que é importante ter grupos fazendo esse tipo de trabalho, mas não é importante que todos os grupos façam isso. Porque senão você deixa de ter uma diversidade de propostas. Parece-me que as coisas estão caminhando de maneira meio descompensada. Não digo torta, porque não acho que seja torto trabalhar com comunidades. Mas nós temos outros problemas, intercomunitários, que não se esgotam no seio de uma comunidade específica. Temos problemas metropolitanos, de diversas naturezas, em cidades pequenas e grandes. São questões que precisam ser tratadas interdisciplinarmente e não em confinamentos territoriais. É preciso um pouco de cuidado com esses métodos de participação da comunidade, porque nós, arquitetos, também temos que participar, levando às comunidades a nossa visão espacial, a nossa maneira de entender o espaço. Nós não podemos abrir mão disso, sob pena de nos tornarmos absolutamente desnecessários.

Enfim, o BIM é a grande saída para tentativas de trabalho colaborativo realmente interdisciplinares, nas quais toda a equipe pode trabalhar em um único modelo, interagindo e construindo as soluções desde os primórdios. O desenvolvimento deste processo de trabalho pode até ser chamado de método de trabalho, e pode ter uma repercussão muito positiva no ensino-aprendizado de Arquitetura. Muito positiva porque, hoje, as tecnologias digitais estão sendo empregadas só para visualização. A visualização é muito importante, mas não esgota o problema da agregação intelectual de conhecimentos para resolver problemas complexos da atualidade.

MT: Eu queria voltar a uma outra questão que você mencionou agora há pouco, que se situa na esfera urbana. Você estava falando sobre a crescente complexidade dos problemas da cidade e me fez pensar sobre as questões relacionadas a métodos para afrontar essas novas complexidades. Se, por um lado, a sociedade e a cidade apresentam, de fato, maior complexidade, por outro lado, temos hoje meios de perceber e integrar em nossos processos de projeto uma quantidade infinitamente maior de informações sobre a sociedade e a cidade. Então, além do problema em si apresentar uma complexidade maior, as maneiras de trabalhá-lo também se complexizaram. Eu gostaria de ouvir você sobre essa questão de método nos processos de estudo e intervenção em escala urbana.

MLM: A questão urbana precisa ser sacudida, no Brasil. Por que ela precisa ser sacudida? Porque está muito presa a uma matriz de pensamento de caráter explicativo, como o pensamento de Lefebvre, de Castells, dos grandes marxistas que abordam a questão urbana, onde predomina a análise e o diagnóstico. E os urbanistas e as pessoas preocupadas com as cidades estão cada vez mais na retaguarda do que acontece na realidade.

Isso se percebe nas dissertações e teses na área de Urbanismo, cuja maioria produz estudos de casos peculiares. Um trabalho estuda como se deu a ocupação em uma avenida marginal, outro analisa como ocorreu algo em algum lugar, mas tudo sempre a posteriori. Não se vê nada assim: "imaginar uma maneira para que não aconteça o que está acontecendo". Essa tradição de um urbanismo muito ligada à sociologia, à ênfase excessiva da análise, faz com que os urbanistas abram mão da síntese espacial. E se nós abrirmos mão, quem vai ajudar a fazer essa síntese? A sociologia é muito importante, mas o arquiteto tem que ser também sociólogo? Se continuarmos agindo assim, qual será o papel do arquiteto em relação à cidade? Possivelmente levantar dados, analisá-los e explicar o que aconteceu.

Mas o que podemos fazer para prevenir situações urbanas absurdas? Que métodos podemos utilizar para formular propostas? O que temos a dizer a um prefeito que vem à universidade pedir a nossa colaboração? Respondemos que "daqui a dois anos daremos uma resposta porque, primeiro, temos que levantar todos os

dados do município"? Essa resposta é extremamente discutível, porque não podemos pensar a cidade de forma desvinculada do poder municipal. Se vamos pensar a cidade para interferir junto às pessoas que a estão gerindo, então temos que pensar com elas. Parcerias entre a universidade e as prefeituras são fundamentais para fazer evoluir a reflexão sobre a cidade.

Nesse momento, aqui em Belo Horizonte, está havendo uma parceria muito intensa entre a universidade e o atual prefeito, por causa da pandemia. O prefeito não tem tomado decisões sobre as alterações no funcionamento da cidade sem antes ouvir os pesquisadores de Medicina, Farmácia e outras áreas da UFMG. Isto é muito bom, mas nós, pesquisadores da área de Urbanismo e Planejamento Urbano, temos que dizer ao prefeito que não é só na pandemia que nós podemos colaborar. Temos que começar a desenvolver projetos de interesse da prefeitura. Sem isso, não tem sentido falarmos, na universidade, em Planejamento Urbano ou em Gestão Urbana. Reflexões teóricas à parte, trabalhos práticos e ações efetivas têm que ser pensados e formulados em parceria com a Municipalidade. Como isso ocorre em uma cidade como São Carlos?

MT: Na verdade, São Carlos é um ponto fora da curva, porque já tivemos dois prefeitos que eram ex-reitores da Universidade Federal de São Carlos. Foram doze anos seguidos de gestões municipais em que as universidades participaram muito ativamente de várias secretarias, em diversas áreas. Foi realmente muito rico, primeiro para a cidade, mas também para o poder público e a universidade. Eu concordo com tudo que você disse, mas enquanto você falava, eu estava pensando que, de um ponto de vista político partidário, é bem difícil tornar realidade certos processos de cooperação. Porque muitas vezes, por razões ideológicas, aqueles que ocupam cargos eletivos, no Executivo ou no Legislativo, querem conduzir a cidade por um caminho distinto daquele que, por critérios técnicos, os pesquisadores apontariam.

MLM: Sim, infelizmente isso ocorre, mas nós temos que construir pontes que reconheçam também os compromissos políticos que a gestão que governa assumiu. Por isso, as parcerias têm que constituir projetos institucionais, e não pessoais, nem de grupos de pesquisa. Se forem projetos institucionais, a cooperação prossegue mesmo que, com a alternância ideológica das gestões municipais, alguns grupos de pesquisa se sintam desconfortáveis em colaborar. Mas independentemente das questões político-partidárias, há ações que toda gestão pública acolheria. Por exemplo, a organização do sistema de informações da prefeitura. Ele pode ser útil a diversas gestões, de diversos partidos, e não precisa ficar atrelado à visão de um determinado do grupo ou partido. Tem que ser um projeto institucional. A cooperação entre a universidade e o poder público deve ancorar-se em políticas públicas, e não em políticas de governo.

MT: O que você está dizendo, e muito bem dito, é que a Universidade tem que assumir o seu papel de agente social. Ou seja, da mesma forma que seria inaceitável que a prefeitura, enquanto instituição, se retirasse da discussão sobre gestão pública por discordar de questões circunstanciais, tampouco a universidade deve agir assim.

MLM: Não deve, de jeito nenhum. Ela tem que estar lá, presente e, se houver uma ruptura por parte do poder público municipal, aquele que rompeu tem que pagar por isso. Eu duvido que uma atuação permanente da universidade na gestão pública fosse malquista ou indesejada por algum prefeito. A não ser em circunstâncias muito especiais, como essas que nós estamos vivendo, hoje, no Brasil. Mas trata-se, também, de um ponto fora da curva, uma circunstância muito especial. Sempre houve muita colaboração entre as universidades e o Ministério da Educação, em diferentes governos, de diferentes visões. Não há agora, mas é uma exceção, ocasionada por uma ruptura por parte do governo, e não por parte das Universidades. Isso pode acontecer. Mas, em geral, a universidade sempre constitui um amparo para as políticas públicas, no sentido de discussões, de fomento de ideias, repasse de tecnologias, formação de pessoal e treinamento.

As equipes técnicas das prefeituras são formadas por funcionários públicos permanentes. Mesmo com as mudanças de gestão, eles continuam lá. Nós temos que nos juntar a eles e não a um prefeito que é nosso amigo. Nós temos que construir uma ponte institucional, de instituição para instituição. Se a parceria for feita com as equipes que trabalham na prefeitura, essa relação será mais perene.

MT: Para participar e ser propositora de tais parcerias, a universidade precisa rever sua maneira de fazer pesquisa, e também seus métodos e procedimentos de pesquisa na pós-graduação.

MLM: Com toda certeza. Nós temos que começar a discutir a nossa pós-graduação sob a ótica da inovação. Não estou falando de inovação tecnológica somente, mas da inovação de conceitos, de propostas, e acabar

com o abuso de uma prática que se chama “estudo de caso”. “Estudo de caso” está virando uma fofoca acadêmica. Tudo é “estudo de caso”. Bruno Latour tem uma proposta interessante em relação a isso. Ele diz que, se um caso é representativo de um universo, então, o que deve ser estudado é o universo. E se esse caso não é representativo de um universo, então não merece ser estudado.

A proliferação de programas de pós-graduação tem um lado bom e um lado ruim. O lado bom é a possibilidade de qualificação de um maior número dos nossos jovens. O lado ruim é a exigência de publicar, publicar e publicar, mesmo que seja bobagem. O produtivismo acadêmico tem que acabar. Nós estamos incentivando a picaretagem ao exigir uma produção exacerbada. Não é possível que um pesquisador tenha tanto a dizer, que justifique a publicação de dois ou três artigos importantes por ano. E como não é possível dizer tantas novidades, começa-se a repetir, repetir e repetir. Enfim, isso tem que mudar. Nós precisamos nos debruçar sobre problemas inovadores. Por exemplo, como essa experiência que vocês estão fazendo no Nomads.usp, reunindo várias profissões e perfis para experimentar questões relacionadas ao BIM. É disso que nós precisamos, de empiria para inovar. Precisamos de inovações que acrescentem conhecimentos à prateleira. Nós estamos crescendo em quantidade de publicações, mas não estamos crescendo em conhecimento.

Eu fiz, recentemente, uma investigação curta que vou transformar em uma pesquisa. Trata-se da análise dos conteúdos de teses e dissertações dos nossos programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo e um levantamento das citações estrangeiras que elas empregam. Todo trabalho acadêmico brasileiro tem uma quantidade enorme de citações estrangeiras. Isso não seria um problema se a nossa pós-graduação não tivesse sido criada já há sessenta anos. Se, depois de sessenta anos, não há produção acadêmica brasileira para ser citada, alguma coisa está errada. Se há e os pesquisadores não estão citando, alguma coisa está errada também. Ou esta produção não nos valeu de nada, ou estamos ficando para trás.

Acho também que é preciso acabar com o costume de incluir a revisão da literatura como parte da dissertação ou da tese. É óbvio que os estudantes têm que revisar a literatura, estudar o que já se fez sobre o assunto, mas eles não precisam fazer um capítulo provando que fizeram essa revisão. Na tese, eles têm que escrever sobre a produção deles e não sobre a produção dos outros. É preciso dar mais ênfase à criatividade, e nisso eu considero você um parceiro. Você sempre trabalhou muito com esse viés de ênfase ao processo criativo.

MT: Falar de revisões implica em falar de referências para questões de método. Quais autores são suas principais referências?

MLM: No meu percurso, eu fui encontrando diversos autores e procurando entender as contribuições deles para a Arquitetura. Martin Heidegger é um fenomenologista de princípio, que depois afastou-se um pouco da fenomenologia. E Karl Popper é um racionalista crítico, que situa-se, portanto, do lado oposto ao de Heidegger. Eu achava muito interessante a maneira como Heidegger discute o ser dos objetos. Ele diz que há os objetos que estão no mundo: as pedras, as rochas, as plantas. E há as coisas que o homem trabalhou para construir. Nesse aspecto, a pedra é diferente do martelo, porque a pedra já está lá, mas o martelo foi feito para martelar. E para cumprir sua função, ele tem que ter uma boa ergonomia para martelar, tem que ter um peso para martelar, tem que ter uma dureza para martelar. Ele tem que conter uma série de atributos para martelar. Assim também é com uma casa, que foi feita para morar, e tem que ter, portanto, uma série de atributos para que constitua, de fato, uma moradia. Parecia-me uma ideia muito interessante vincular as características técnicas, tecnológicas e materiais dos objetos ao seu uso humano e social. Isso eu encontrei em Heidegger.

Popper, que era um racionalista, não se interessava pela fenomenologia, mas traz um conceito fundamental: a ideia de que o conhecimento tem origem no momento em que conseguimos identificar um problema e levantamos uma hipótese para a sua solução. Popper diz que o mais importante, em pesquisa, é identificarmos corretamente um bom problema. A identificação do problema é a parte mais importante, e não o procedimento para encontrar a resposta, o qual chamamos de método. Eu então achei que poderia apropriar-me da compreensão de Heidegger sobre qual é o atributo de um objeto, e da noção proposta por Popper sobre o caminho que devo seguir para alcançar aquele atributo.

Heidegger foi, inicialmente, rejeitado pela academia, e só foi aceito, mais tarde, na cultura ocidental depois que Sartre reconheceu sua importância. Quanto a Popper, muitas pessoas têm vergonha de citá-lo porque os marxistas dizem que ele é positivista. Dizem isso sem conhecer seu pensamento, sem tê-lo lido. Aliás, quando certos intelectuais começam a classificar o conhecimento segundo vertentes ideológicas, não é mais possível conversar. Alguns não conversam com quem não é marxista, não conversam com quem é positivista, mas isso é absurdo pois se trata de correntes de pensamento, cada uma com sua lógica, e sempre há o que aprender em todas elas. Tudo que lemos e que difere do que pensamos é importante para o nosso aprendizado.

MT: Produzir conhecimento através da interlocução com o diferente, que possibilita a crítica é, em fim de contas, um dos fundamentos da noção de academia.

MLM: Claro, inclusive para se poder debater. Como é que podemos ser contra ou a favor de algo que não conhecemos? No planejamento urbano, por exemplo, há um viés marxista muito claro. Não há um único texto nos cursos de planejamento urbano que não exiba um viés marxista. Como é possível discutir dentro desses limites? Sem alguém para produzir questionamentos, a área se torna uma religião.

Eu acho que não se deve ter nenhum policiamento sobre o que se lê, e, ao mesmo tempo, cultivar uma visão crítica sobre essas leituras. É importante comparar o que se lê com o que as pessoas estão discutindo, e, assim, ir selecionando o que nos interessa e o que não nos interessa. Isso é o que se chama livre arbítrio. Não se pode, na academia, discriminar autores. Ouvem-se coisas como "Esse Fulano aqui eu não vou ler porque ele trabalhou para o governo do Beltrano". Isso é uma bobagem. Eu me pauto por ler tudo e ver se tem alguma coisa a ver com o que eu penso, procurando aprender com aquela experiência.

Continuo lendo Heidegger sempre que posso, apesar de ainda ser muito difícil de entender, de interpretar. Toda vez que leio Heidegger, encontro alguma novidade. Continuo lendo Popper e fiz um pós-doutorado sobre o pensamento dele. É um autor importantíssimo, que perpassa, hoje, quase todos os textos contemporâneos sem ser citado. Peter Sloterdijk é um filósofo muito citado, principalmente pelo pessoal da computação. Ele raramente cita Popper, mas o seu pensamento é absolutamente popperiano. Bruno Latour não cita Popper, mas seu pensamento também é popperiano. A Teoria Ator-Rede proposta por Latour é muito próxima da análise situacional proposta por Popper.

Nós devemos nos interessar por tudo com olhar crítico, mas sem perguntarmos onde a pessoa se filiou, que religião professa, qual seu sexo, se gosta de homem ou de mulher. Isso não interessa. Depois que um texto é produzido, ele não pertence mais ao seu autor, mas ao mundo. Eu continuo lendo autores que foram importantes na minha formação. Continuo lendo Marx e autores marxistas, gosto demais do Henri Lefebvre, e não faço parte de nenhum fã-clube intelectual.

Gosto também de ler trabalhos de filósofos. São trabalhos reflexivos que independem da filiação ideológica dos autores, e sempre têm alguma coisa a acrescentar. É uma pena que os nossos estudantes de arquitetura e urbanismo não tenham oportunidade de cursar disciplinas de filosofia, principalmente por falta de tempo. Eles acabam adquirindo conceitos filosóficos por segundas vias, por fontes secundárias, especialmente de professores em aulas. Seria muito mais útil se eles pudessem ter acesso direto às discussões que os filósofos levantam. Enfim, precisamos caminhar para isso, no futuro.

MT: Maria Lúcia, uma pergunta final: o futuro lhe parece promissor?

MLM: Marcelo, eu sou uma otimista incorrigível. Eu sempre acho que o melhor ano da minha vida será o próximo. Eu acho que o excesso de informação – ou de possibilidade de comunicação – impactou muito a sociedade tendendo, em um primeiro momento, ao exibicionismo geral. Eu desconfio que devem ter impresso uma enorme quantidade de besteira quando foi inventada a imprensa, que não chegou até nós. Chegaram apenas os grandes escritos. Mas esse momento atual, de muita comunicação via Internet, inclusive de fake news, vai nos trazer coisas muito boas.

Depois que esse primeiro momento de exposição geral passar, virá um segundo momento, eu acredito, de possibilidade real de comunicação. Dessa maneira como nós estamos, aqui hoje, conversando à distância com os pesquisadores do Nomads.usp, com quem eu possivelmente não teria contato se não fosse por essa oportunidade. Daqui a um ano, eu estarei talvez assistindo uma aula sua e recomendando-a para um aluno meu, e você estará recomendando para os seus alunos uma aula minha. Nós vamos fazer cursos com boas aulas, com professores do Brasil inteiro. Será também viável fazermos projetos de arquitetura em uma equipe reunindo um arquiteto de Minas Gerais, outro do Amazonas e outro do Exterior.

Eu penso no lado positivo disso tudo, passado esse primeiro impacto que nos torna muito exibicionistas. Às vezes, me falta paciência para usar o Facebook porque fico muito irritada com as bobagens que acabo lendo. Mas nós temos que, cada vez mais, trabalhar para que as mídias digitais não sejam apropriadas para difamação, mentira e calúnia. Esse é um dos grandes perigos. Porque uma única pessoa pode maltratar milhões através dos meios digitais. Mas como eu ainda acho que pelo menos 90% da Humanidade é composta por pessoas boas, acredito que não podemos deixar que os 10% restantes dominem.

Eu sou muito otimista e não tenho nenhum preconceito contra nenhuma nova tecnologia. Pelo contrário, quero logo aprender toda tecnologia que surge. É isso. A gente tem que acreditar e olhar para a frente, porque

senão fica muito difícil viver. Guimarães Rosa dizia que viver é muito perigoso, e é perigoso sim, é muito perigoso. Nós temos que continuar a sempre tentar tornar a vida menos perigosa.